

PROGRAMA NACIONAL DO CRÉDITO FUNDIÁRIO: UMA ANÁLISE DO CUSTO-BENEFÍCIO DAS ASSOCIAÇÕES SOLEDADE II E PEDRA BRANCA*

NATIONAL CREDIT PROGRAM: A COST-BENEFIT ANALYSIS OF SOLEDADE II AND WHITE STONE ASSOCIATIONS

Mayara Diniz**
Carlos Ferreira***

RESUMO: O presente artigo analisa a aplicação do custo-benefício, através do Valor Presente Líquido, Pay-Back e Pay-Back Descontado, na produção das Associações Soledade II e Pedra Branca, localizadas na zona rural do município de Jucurutu, criadas por meio da reforma agrária de mercado cuja ascensão se deu pela necessidade de fornecer alternativas para as famílias do campo comprarem seu imóvel e não precisarem se deslocar para a zona urbana. Com a criação do Programa Nacional de Crédito Fundiário, já no governo Lula, foi levantada a importância dessas famílias além de possuírem sua casa, obterem meios de sobrevivência no campo, através de empréstimos concedidos por meio das linhas ofertadas nesse programa como, por exemplo, a linha de combate à pobreza rural, a qual tinha como principal objetivo a redução da miséria no campo e o estímulo para desenvolver a produção como fonte de renda. A partir disso, esse trabalho tem como objetivo principal analisar a produção das associações Soledade II e Pedra Branca, localizadas na zona rural do município de Jucurutu e criadas através da linha de Combate à Pobreza Rural. Assim, busca-se entender como se dá o processo produtivo, a venda da produção e os custos identificados nela, e através disso indagar se a venda da produção quando reduzidos seus custos e o total do financiamento da terra poderá ser responsável diretamente pela sobrevivência das famílias associadas. Para isso, foi aplicado o Valor Presente Líquido,

* Artigo recebido em: 26.08.2017
Artigo aceito em: 18.12.2017

** Formada em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. <http://lattes.cnpq.br/3953296730654574>. **Rio Grande do Norte. E-mail: m.19.medeiros@hotmail.com.**

*** Possui graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1989) e mestrado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2003). Foi por mais de um mandato conselheiro eleito pela categoria do Conselho Regional de Contabilidade do RN. Professor adjunto IV da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Ciências Contábeis, atuando principalmente nos seguintes temas: contabilidade societária, avaliação de desempenho, cooperativismo, associativismo e economia solidária. <http://lattes.cnpq.br/1519126519350983>. **Rio Grande do Norte. E-mail: carloswanderley2010@gmail.com.**



o Pay-Back e o Pay-Back Descontado a fim de analisar o custo-benefício dessas associações por meio de uma coleta de dados obtidos na aplicação de questionários durante visitas realizadas nas sedes das associações, com os seus respectivos presidentes. Ao término da análise foi constatado que tanto a Associação Soledade II quanto a Associação Pedra Branca conseguem sobreviver, total e parcialmente, respectivamente, com sua produção após absorvidos seus custos e financiamento.

Palavras-chave: Associativismo, Combate à pobreza Rural, Custo-Benefício.

ABSTRACT: The present article analyzes the application of the cost-benefit, through the present Net Value, Payback and Discounted Pay-Back, in the production of Soledade II and Pedra Branca Associations, located in the rural area of the municipality of Jucurutu, created through the agrarian reformation market, whose rise was due to the need to provide alternatives for the rural families to buy their property and do not need to move to the urban area. With the creation of the National Land Credit Program, already in the Lula government, the importance of these families was raised, besides having their home, obtaining means of survival in the field, through loans granted through the lines offered in this program, the line of combat against rural poverty, whose main objective was the reduction of poverty in the countryside and the stimulus to develop production as a source of income. In order to that, the main objective of this work is to analyze the production of the Soledade II and Pedra Branca Associations, located in the rural area of the municipality of Jucurutu and created through the Combat Rural Poverty line. Thus, it is sought to understand how the production process, the sale of production and the costs identified in it, and through this to inquire whether the sale of production when its costs are reduced and the total financing of the land may be directly responsible for the survival of the families. For this purpose, the Net Present Value, the Pay-Back and the Discounted Pay-Back were applied in order to analyze the cost-benefit of these associations through a collection of data obtained in the application of questionnaires during visits at the headquarters of the associations, with their respective presidents. At the end of the analysis it was verified that both the Soledade II Association and the Pedra Branca Association manage to survive, totally and partially, respectively, with their production after absorbing their costs and financing.

Keywords: Associativism, Combating Rural Poverty, Cost-Benefit.



INTRODUÇÃO

Com a formulação do II Plano Nacional de Reforma Agrária em 2003, no Governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, foram estabelecidas metas a serem atingidas até o final de seu mandato em 2006. Uma delas era atender 150.000 (cento e cinquenta mil) famílias através do crédito fundiário. Para isso, foi criado o Programa Nacional de Crédito Fundiário que possuía três linhas de financiamento: o Programa de Combate à Pobreza Rural, a Consolidação de Agricultura Familiar e a Linha Nossa Primeira Terra.

Diante disso, esse estudo se restringe em analisar a linha Combate à Pobreza Rural por meio das associações comunitárias que são criadas no intuito de obter o financiamento da terra e um investimento comunitário para desenvolver atividades produtivas no campo, a fim de gerar renda para suas famílias.

Sendo assim, essa pesquisa procura verificar o quanto as atividades econômicas desenvolvidas nas associações, criadas por meio da linha de Combate à Pobreza Rural através do Programa Nacional de Crédito Fundiário, nas Associações Soledade II e Pedra Branca localizadas na zona rural do município de Jucurutu/RN, são importantes fontes de renda que melhoram a qualidade de vida das famílias envolvidas.

A fim de responder essa indagação, o objetivo geral desse estudo será a realização de uma análise econômica, por meio do custo-benefício, das associações Soledade II e Pedra Branca localizadas na zona rural do município de Jucurutu/RN, criadas por meio da linha de combate à pobreza rural através do Programa Nacional de Crédito Fundiário.

Para isso foram atribuídos alguns objetivos específicos, tais como: analisar a existência da produção nas associações e geração de renda para os associados, avaliar quais as atividades são produzidas pela associação, verificar através do custo-benefício se o que é produzido na associação é suficiente como fonte de renda, averiguar o impacto da constituição da associação na qualidade de vida dos associados e, por fim, investigar a aplicação da linha de Combate à Pobreza Rural através do Programa Nacional de Crédito Fundiário.

Esse estudo se torna relevante, pois analisará a produtividade dessas associações, se estas fortalecem o trabalho em grupo e a agricultura familiar, e se oferecem oportunidades que ajudam a contribuir com a situação financeira das famílias envolvidas e ainda destacará a importância das associações agrárias para a economia regional.

A partir dos dados coletados na visita realizada foi identificado por meio do valor presente líquido, do pay-back e o do pay-back descontado que tanto a Associação Soledade II quanto a associação Pedra Branca conseguem sobreviver a



partir da venda de sua produção além de apresentarem um custo-benefício positivo. No entanto, ao considerar o valor por família constata-se que a associação Pedra Branca necessita de uma complementação de renda.

Logo, o presente artigo apresenta: a introdução de elementos como, problematização da pesquisa, objetivos e justificativa; o referencial teórico que realiza uma síntese da reforma agrária de mercado desde a sua criação em 1997 à 2014 (fim do primeiro mandato do governo Dilma) além de apresentar a relação do associativismo e a reforma agrária de mercado e os estudos científicos que contribuem para o tema abordado nesta pesquisa, a metodologia aplicada na pesquisa, a análise dos dados obtidos por meio do questionário realizado nas Associações Soledade II e Pedra Branca e uma conclusão do estudo.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 REFORMA AGRÁRIA DE MERCADO (RAM)

A reforma agrária de mercado foi pensada para diminuir os conflitos entre trabalhadores rurais sem-terra e os latifundiários, que a reforma agrária tradicional não conseguiu conter. O novo modelo de reforma foi proposto pelo Banco Mundial e a partir dele foram desenvolvidos programas resultantes de um acordo com o governo brasileiro. A implementação desses programas contaram com empréstimos internacionais e participações dos governos federal e estadual, como afirma FILHO¹.

Após os massacres ocorridos em Eldorado dos Carajás, no Sul do Pará e Corumbiara, no Estado de Rondônia, onde morreram 19 trabalhadores sem-terra e 11 outras pessoas (sendo 9 sem-terra e 2 militares), respectivamente, após um confronto com a polícia militar², a reforma agrária de mercado foi vista como alternativa pelo então Presidente Fernando Henrique Cardoso compra e venda de terras a partir do princípio de compradores e vendedores interessados ou satisfeitos.

Além disso, foi pensada para resolver o problema do abandono, que ocorria no meio rural, relativo à falta de oportunidade e de investimento no campo e que não foi resgatado pela reforma agrária tradicional, pois com as ocupações de terras e

¹ FILHO, Eraldo Da Silva Ramos. *Questão Agrária Atual: Sergipe Como Referência Para Um Estudo Confrontativo Das Políticas De Agrária E Reforma Agrária De Mercado (2003 – 2006)*. 2008. 429 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita. Presidente Prudente, 2008. Disponível em: <<http://www2.fct.unesp.br/nera/ltd/eraldo.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2017.

² Idem.



posteriores desenvolvimentos de projetos de assentamentos (PA) não foi ofertado pelo governo políticas agrárias que permitissem a permanência na terra pelos assentados. Logo, a reforma agrária, antes da existência da RAM, foi planejada apenas no intuito de promover a posse da terra, mas não ofertaram programas que ajudassem ao sem-terra, posseiro ou trabalhador rural a adquirirem financiamentos de produtos, ferramentas ou sementes para auxílio de seu trabalho no campo, seja por meio de cultivo de alimentos ou frutas, ou pela criação de animais para serem posteriormente vendidos, a fim de se obter sustento na própria terra habitada.

Após as características e princípios da RAM foram desenvolvidos programas pelo governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, como a criação do Projeto São José em 1997, no Estado do Ceará, e o alcance nacional desse modelo.

1.2 A REFORMA AGRÁRIA DE MERCADO NO GOVERNO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

A Reforma Agrária de Mercado (RAM) foi criada em 1997, no primeiro mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso, como modelo de financiamento para compra e venda de terras idealizadas pelo Banco Mundial, com o objetivo de promover uma alternativa à reforma agrária tradicional.

O primeiro projeto promovido pelo modelo de reforma agrária de mercado (MRAM) foi o Projeto São José desenvolvido no Ceará e instituído pela Lei nº 12.614, de 12 agosto de 1976. A execução do projeto se deu por meio de um fundo rotativo de terras, que promovia a compra de imóveis por meio de associações ou cooperativas de agricultores sem terra ou minifundiários. O financiamento realizava-se por meio do Banco do Nordeste com prazo de pagamento de 15 anos, carência de até 4 anos e Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) de 1% ao ano³.

Como meta, o Projeto São José pretendia financiar no primeiro ano 40 mil hectares e assentar 800 famílias. No entanto, foram assentadas 694 famílias, em 44 assentamentos, abrangendo 23.622 ha ⁴.

Embora a expectativa não tenha sido alcançada, o resultado foi considerado positivo pelo Governo, que solicitou ao Banco Mundial um novo projeto - o Projeto Cédula da Terra (PCT). Este foi criado em abril de 1997 nos Estados do Ceará,

³ OLIVEIRA, Alexandra Maria de. A Política de Contra-Reforma Agrária do Banco Mundial do Ceará. São Paulo, SP, 2006. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/Geousp/Geousp19/Artigo_Alexandra.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2017.

⁴ PEREIRA, João Márcio Mendes. Avaliação do projeto Cédula da Terra (1997-2002). 2012. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/39487/42371>>. Acesso em: 21 abr. 2017.



Maranhão, Bahia e Pernambuco, além do Norte de Minas Gerais, devido à alta concentração de pobreza que assolava essas regiões.

A execução prevista do PCT era de atender, em quatro anos, 15 mil famílias de trabalhadores rurais sem-terra e de produtores de terras que possuíam posse da terra ou não⁵. Além disso, como ocorreu no Projeto São José, no Ceará, o Projeto Cédula da Terra só poderia ser financiado por meio de associações comunitárias ou cooperativas.

Com relação ao limite de financiamento, Lima⁶ afirma que:

O limite de crédito para cada família era de US\$ 11.200, aí incluídos os gastos com a compra da terra, registro, medição, impostos e investimentos comunitários. Cada família podia receber US\$ 1.300 a fundo perdido como ajuda para instalação. O PCT era composto basicamente por dois componentes:

- O Subprojeto de Aquisição de Terras (SAT) era o fundo destinado para a compra da terra. Até 1999 o financiamento tinha um prazo de até 10 anos para a amortização da dívida, e um limite de três anos de carência; em 1990 o prazo de amortização passou para 20 anos para se adequar às condições do Banco da Terra;
- O Subprojeto de Investimentos Comunitários (SIC) provê recursos para investimentos comunitários, definidos pelo próprio grupo de beneficiários em três áreas básicas: infraestrutura, produtiva e social.

A implementação do programa foi de dezembro de 1997 a dezembro de 2002 e beneficiou 15.267 famílias, em 609 projetos de assentamentos, numa área de 398.732 ha⁷.

Em fevereiro de 1998 foi criado o fundo de terras e da reforma agrária, conhecido como Banco da Terra. O fundo garantia financiamentos entre R\$ 15.000,00

⁵ Idem.

⁶ LIMA, Fernando de. Programa Cédula Da Terra: Uma Releitura Dos Principais Resultados. 2008. 138 f. Mestrado (Dissertação em Desenvolvimento Econômico – área de concentração: Economia do Meio Ambiente) – Instituto de Economia da UNICAMP. Campinas, 2008. Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/docdownload/monografias/fernando_de_lima.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2017, p. 61.

⁷ MAGALHÃES, Marcelo Marques de. Eficiência De Produção Segundo Diferentes Mecanismos De Acesso À Terra Na Reforma Agrária Brasileira, 2011. 169 f. Tese (Doutorado em Agronomia, área de concentração em Energia na Agricultura) – Faculdade de Ciências Agrônômicas, Botucatu, 2011. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/101827/magalhaes_mm_dr_botfca.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 21 abr. 2017.



e R\$ 40.000,00 e juros de 4% a 6% ao ano, no prazo de 20 anos, com carência de três anos⁸. Diferente do Cédula, o Banco da Terra, além de beneficiar associações e cooperativas, financiava, também, indivíduos que poderiam participar do programa sem integrarem associações ou cooperativas. No entanto, deveriam provar que trabalhavam como agricultores rurais a mais de cinco anos, e possuíam pouca ou nenhuma terra.

O Banco da Terra ampliou o financiamento de terras para outros Estados que não eram atendidos pelo Cédula e passou a beneficiar 18 Estados: Alagoas, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Sergipe, São Paulo e Tocantins⁹. Ao final do programa em 2003, o Banco da Terra criou 18.294 projetos e assentou 34.478 famílias numa área de 1.218.035 ha¹⁰.

Por fim, em 2001 foi lançado o último programa do Governo Cardoso, o Crédito Fundiário de Combate à Pobreza Rural (CFCPR), porém só foi executado em 2002, no último ano do mandato¹¹. Possuía semelhança com o Cédula da Terra, pois o CFCPR, também, é dividido em dois subcomponentes - aquisição de terras (SAT) e investimentos comunitários (SIC).

O programa englobava todos os Estados da região Nordeste e região Sul, além do Espírito Santo e Minas Gerais, na região Sudeste. A contratação do financiamento pelo Crédito Fundiário de Combate à Pobreza Rural tinha o prazo de 20 anos, com carência de 3 anos e juros de 6% ao ano. O teto do financiamento correspondia a R\$ 15.000,00 para as regiões Sudeste e Sul e R\$ 12.000,00 para a região Nordeste¹².

⁸ FILHO, Eraldo Da Silva Ramos. Questão Agrária Atual: Sergipe Como Referência Para Um Estudo Confrontativo Das Políticas De Reforma Agrária E Reforma Agrária De Mercado (2003 – 2006). 2008. 429 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita. Presidente Prudente, 2008. Disponível em: <<http://www2.fct.unesp.br/nera/ltd/eraldo.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2017.

⁹ LIMA, Fernando de. Programa Cédula Da Terra: Uma Releitura Dos Principais Resultados. 2008. 138 f. Mestrado (Dissertação em Desenvolvimento Econômico – área de concentração: Economia do Meio Ambiente) – Instituto de Economia da UNICAMP. Campinas, 2008. Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/docdownload/monografias/fernando_de_lima.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2017.

¹⁰ MAGALHÃES, Marcelo Marques de. Eficiência De Produção Segundo Diferentes Mecanismos De Acesso À Terra Na Reforma Agrária Brasileira, 2011. 169 f. Tese (Doutorado em Agronomia, área de concentração em Energia na Agricultura) – Faculdade de Ciências Agrônômicas, Botucatu, 2011. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/101827/magalhaes_mm_dr_botfca.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 21 abr. 2017

¹¹ PEREIRA, João Márcio Mendes. A disputa política no Brasil em torno da implementação do modelo de reforma agrária de mercado do Banco Mundial (1997-2005). Presidente Prudente, SP, 2005. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1463/1439>>. Acesso em: 21 abr. 2017.

¹² FERNANDES, Vinícius Rodrigues Vieira. Trajetória dos Assentamentos Rurais Financiados Pelo Crédito Fundiário No Estado Do Rio Grande Do Norte: Uma análise da Experiência do Assentamento da



O programa tinha como meta assentar 50 mil famílias em três anos, mas com o atraso de um ano na sua implementação, o governo Cardoso encerrou seu segundo mandato com 3.024 famílias assentadas em 69.414 hectares, com abrangência em apenas 7 Estados dos 14 citados, sendo eles: Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte¹³.

Dessa forma, o governo de Luís Inácio Lula da Silva deu continuidade ao programa de crédito fundiário de combate à pobreza rural como, também, criou novos programas, que substituiu o Cédula da Terra e o Banco da Terra, e expandiu a reforma agrária de mercado pelo Brasil.

1.3 A REFORMA AGRÁRIA DE MERCADO NO GOVERNO LUÍS INÁCIO LULA DA SILVA

Durante o governo Luís Inácio Lula da Silva foi criado, em 2003, o II Plano Nacional de Reforma Agrária, que tinha como metas a serem realizadas até o final do mandato em 2006: assentar 400.000 novas famílias na reforma agrária; regularizar a situação fundiária de 500.000 famílias, atender a 150.000 famílias pelo crédito fundiário; executar a recuperação da capacidade produtiva e a viabilidade econômica dos assentamentos existentes; criar 2.075.000 postos de trabalho no setor fundiário; promover a regularização e o cadastro de georreferenciamento de 2.200.000 de imóveis rurais; fazer o reconhecimento, a demarcação e a titulação de áreas pertencentes a comunidades quilombolas; realizar o reassentamento dos ocupantes não índios de áreas indígenas, instituir a igualdade de gênero na reforma agrária, desenvolver assistência técnica e extensão rural, capacitação, crédito e políticas de comercialização para toda a comunidade agrícola da reforma agrária; e universalizar o direito à educação, à cultura e à seguridade social nas áreas reformadas.¹⁴

Ainda em 2003, os programas criados pelo governo Cardoso, Banco da Terra e o Crédito Fundiário de Combate à Pobreza Rural, foram substituídos, respectivamente, pela Consolidação de Agricultura Familiar (CAF) e pelo Combate à

Fazenda Paz no Município de Maxaranguape/RN. 2014. 128 f. Mestrado (Dissertação em Ciências Econômicas) – Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/14099/1/ViniciusRVF_DISSERT.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2017.

¹³ PEREIRA, João Márcio Mendes. A disputa política no Brasil em torno da implementação do modelo de reforma agrária de mercado do Banco Mundial (1997-2005). Presidente Prudente, SP, 2005. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1463/1439>>. Acesso em: 21 abr. 2017.

¹⁴ MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. II PLANO NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA Paz, Produção e Qualidade de Vida no Meio Rural, 2004. Disponível em: <http://sistemas.mda.gov.br/arquivos/PNRA_2004.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2017.



Pobreza Rural (CPR), os quais, por sua vez, pertenciam ao Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), juntamente com o Programa Nossa Primeira Terra, criado para atender jovens rurais, filhos e filhas de agricultores, estudantes de escolas agrotécnicas e centros familiares de formação por alternância, com idade entre 18 a 24 anos, dos estados da região Sul.¹⁵

A Linha de Consolidação de Agricultura Familiar foi criada no intuito de proporcionar aos agricultores minifundiários, que desejavam aumentar sua área, financiamento de até R\$ 30.000,00 com juros de 2% a 5% ao ano para aquisição de terras (SAT) e recursos para investimentos básicos (SIB), ambos reembolsáveis com pagamento em 20 anos, com três anos de carência e descontos de até 40% para os pagamentos em dia segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário - Secretaria de Reordenamento Agrário (2011).

O Programa de Combate à Pobreza Rural tinha como objetivo atender as famílias mais necessitadas, inscritas no Cadastro Único, que possuíam renda de até R\$ 9.000,00 por ano. São ofertados financiamentos de até R\$ 80.000,00 com juros de 2% a 5% ao ano, com pagamento em 20 anos e carência de até 3 anos, sendo ofertado desconto de até 40% para os pagamentos em dia, engloba a aquisição de terras (SAT) e os recursos para investimentos em infraestrutura básica (SIC) o qual, neste caso, não é reembolsável, conforme o Ministério do Desenvolvimento Agrário - Secretaria de Reordenamento Agrário (2011).

Além dessas duas linhas, também foram criados os PNCF Mulher que beneficia as associações comunitárias femininas, o Programa Terra Negra Brasil, cujas associações são formadas por negros não quilombolas, o Programa Terra para Liberdade, ligado ao Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo que tem como objetivo apoiar “a reinserção do trabalhador escravizado ao mercado de trabalho agrícola, dando-lhe oportunidade e apoio para aquisição do imóvel rural, a fim de diminuir o risco de este trabalhador ser submetido novamente a condição de escravidão” (Lima, 2008, p.12). E a Linha Nossa Primeira Terra voltada para os jovens agricultores rurais com idade entre 18 a 24 anos (no final do governo Lula essa faixa etária foi ampliada para até 29 anos).

Tais programas representam ações complementares que fazem parte das linhas de Combate à Pobreza Rural e a de Consolidação de Agricultura Familiar para atender públicos específicos e recebem um recurso adicional de R\$ 1.000,00 por pessoa, previsto no Subprojeto de Investimentos Comunitários (SIC).

Uma das iniciativas do Governo Lula ao implantar essas linhas foi o de ofertar financiamentos em todo o Brasil. No entanto a abrangência maior do Programa

¹⁵ MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – SECRETARIA DE REORDENAMENTO AGRÁRIO. PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO FUNDIÁRIO, 2017. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_19/cartilha_pncf%20-%202%20edi%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2017.



de Combate à Pobreza Rural são nos estados da região nordeste, pelo fato desta região concentrar um maior número de famílias necessitadas e de baixa renda. Já a linha de Consolidação de Agricultura Familiar é voltada à região Sul e Sudeste do País para atender minifundiários que querem aumentar sua área, devido aos altos preços das terras nessas regiões (Ministério do Desenvolvimento Agrário - Secretaria de Reordenamento Agrário (2011)).

Entre os anos de 2003 e 2010 foram criados pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário 31.903 assentamentos e beneficiadas 77.377 famílias numa área de 1.254.385 hectares¹⁶ ¹⁷. No que diz respeito às linhas, o Programa de Combate à Pobreza Rural foram criados 2.196 assentamentos e assentadas 40.098 famílias numa área de 812.491 ha ¹⁸, no Programa de Consolidação de Agricultura Familiar foram 29.707 operações e 37.279 famílias assentadas numa área de 441.894 ha e na Linha Nossa Primeira Terra foram criados 2.539 assentamentos e beneficiadas 3.200 famílias numa área de 36.399 ha¹⁹.

1.4 A REFORMA AGRÁRIA DE MERCADO NO GOVERNO DILMA VANA ROUSSEFF

No Governo da Presidente Dilma Rouseff, durante seu primeiro mandato, o Programa Nacional de Crédito Fundiário permaneceu a realizar financiamentos em todas as linhas, sendo mantidos todos os critérios e valores estabelecidos no Governo

¹⁶ SILVA, Mirian Farias da. “Reforma Agrária de Mercado” ou Atualização do Clientelismo? O Programa Nacional de Crédito Fundiário e o assentamento de famílias sem terra no Cariri Ocidental paraibano. 2012. 124 f. Mestrado (Dissertação em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2012. Disponível em: <http://www.ufcg.edu.br/~ppgcs/wp-content/uploads/2012/09/Disserta%C3%A7%C3%A3o-PPGCS-_Mirian-Farias-da-Silva-Setembro-de-2012.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2017.

¹⁷ SANTOS, Reili Amon-Há Vieira dos. Concentração da Posse da Terra e o Programa Nacional de Crédito Fundiário – Uma Análise para o Estado do Rio Grande do Norte, 2006-2012. 2012. 142 f. Mestrado (Dissertação em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/14083/1/ReiliAVS_DISSERT.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2017.

¹⁸ SILVA, Mirian Farias da. “Reforma Agrária de Mercado” ou Atualização do Clientelismo? O Programa Nacional de Crédito Fundiário e o assentamento de famílias sem terra no Cariri Ocidental paraibano. 2012. 124 f. Mestrado (Dissertação em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2012. Disponível em: <http://www.ufcg.edu.br/~ppgcs/wp-content/uploads/2012/09/Disserta%C3%A7%C3%A3o-PPGCS-_Mirian-Farias-da-Silva-Setembro-de-2012.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2017.

¹⁹ SANTOS, Reili Amon-Há Vieira dos. Concentração da Posse da Terra e o Programa Nacional de Crédito Fundiário – Uma Análise para o Estado do Rio Grande do Norte, 2006-2012. 2012. 142 f. Mestrado (Dissertação em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/14083/1/ReiliAVS_DISSERT.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2017.



Lula. Apenas em 2015 foram aprovadas mudanças no financiamento do crédito fundiário²⁰.

A Lei Complementar Nº 145/2014, instituída pelo Decreto 8.253/2014, estabeleceu novas regras para contratação de financiamentos por herdeiros. A partir dessa Lei poderão ser compradas a fração de terras provenientes dos demais herdeiros e, por conseguinte, permanecer na terra²¹.

Também ocorreram mudanças nos limites de renda, patrimônio e taxas dos juros de financiamentos através do Decreto nº 8.500 publicado em 12 de Agosto de 2015, em que os limites de renda e patrimônio passaram de R\$ 15 mil e R\$ 30 mil para R\$ 30 mil e R\$ 60 mil, respectivamente. No caso de compra de terras por herdeiro, esse valor pode chegar a R\$ 100 mil nas linhas de Consolidação de Agricultura Familiar e Nossa Primeira Terra. Já na linha de Combate à Pobreza Rural os valores de renda e patrimônio continuam os mesmos (R\$ 9 mil e R\$ 15 mil) conforme Maia²². Com relação às taxas, no programa de Combate à Pobreza Rural, caiu de 2% para 0,5% ao ano, Nossa Primeira Terra caiu de 2% para 1% ao ano e a Linha de Consolidação de Agricultura Familiar manteve os 2% ao ano (MAIA, 2016).

Entre os anos de 2011 a 2014 foram assentadas pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário 13.490 famílias e criadas 7.790 propostas numa área de 281.587 ha: sendo 7.199 famílias e 7.155 propostas numa área de 175.594 hectares pela linha de Consolidação de Crédito Fundiário e 6.291 famílias e 635 propostas, numa área 105.993 ha, pela Linha de Combate à Pobreza Rural. Pela Linha Nossa Primeira Terra foram 133 famílias e propostas numa área de 1.195 ha criadas no primeiro mandato da presidente Dilma Roussef (SECRETARIA ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2017).

1.5 A RELAÇÃO ENTRE O ASSOCIATIVISMO E A REFORMA AGRÁRIA DE MERCADO

²⁰ MAIA, Ana Heloísa. O Programa Nacional de Crédito Fundiário no Município de Nova Xavantina-MT: Acesso à Terra e Qualidade de Vida das Famílias?. 2016. 163 f. Tese (Doutorado em Agronomia) – Faculdade de Engenharia – UNESP – Campus de Ilha da Solteira, Ilha da Solteira, 2016. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/144539/maia_ah_dr_ilha.pdf?sequence=3>. Acesso em: 22 abr. 2017.

²¹ Idem.

²² MAIA, Ana Heloísa. O Programa Nacional de Crédito Fundiário no Município de Nova Xavantina-MT: Acesso à Terra e Qualidade de Vida das Famílias?. 2016. 163 f. Tese (Doutorado em Agronomia) – Faculdade de Engenharia – UNESP – Campus de Ilha da Solteira, Ilha da Solteira, 2016. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/144539/maia_ah_dr_ilha.pdf?sequence=3>. Acesso em: 22 abr. 2017.



Desde a criação do primeiro projeto de reforma agrária de mercado, o projeto São José, em 1997, no mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso, até o surgimento do Programa Nacional de Crédito Fundiário, no primeiro mandato do governo de Luís Inácio Lula da Silva, a constituição de assentamentos e a formulação dos contratos de financiamento são realizadas por meio de associações comunitárias.

O associativismo trata-se da relação em grupo de um determinado número de pessoas que se reúnem a fim de alcançar interesses específicos e melhorar a qualidade de vida de cada assentado.

Outro papel importante das associações está relacionado com seu caráter representativo perante os órgãos públicos e privados, pois “são entidades que respondem pelos assentados frente às instâncias burocráticas”²³.

Trata-se de uma alternativa à comercialização de produtos agrícolas produzidos pela agricultura familiar e, por conseguinte, pelos pequenos produtores que vendem o que produzem para obter o sustento de suas famílias. As associações são formadas por um grande número de membros que tendem a desistirem da entidade com o tempo, devido às dificuldades enfrentadas por estes, dentre elas, a não adaptação ao trabalho em equipe, ao baixo percentual lucrativo das associações e, por fim, a falta de interesse em permanecer como associado²⁴.

No entanto, o associativismo é um dos princípios da reforma agrária de mercado que é defendido pelo governo pelo seu caráter comunitário em que as pessoas aprendem a viver em comunidade e compartilhar ensinamentos para melhor gerir a terra comprada e obter desta o seu meio de subsistência. Dessa forma, o programa acredita que a comunidade conseguirá melhores resultados se trabalharem em conjunto, a fim de promover a erradicação da pobreza e uma melhor qualidade de vida em todas as famílias envolvidas.

1.6 ESTUDOS ANTERIORES

²³ SILVA, Martha Esthela Santos; BARONE, Luis Antônio. Associativismo e Organização Produtiva em Assentamentos Rurais: Resistência Social e Políticas Públicas na Reforma Agrária. 2011. Disponível em: <<http://www2.fct.unesp.br/semanas/geografia/2011/geografiaruraleagraria/TCGRA08%20-r.%20Martha%20Esthela%20Santos%20Silva%20e%20Luis%20Antonio%20Barone.pdf>>. Acesso em: 27 abr. 2017, p. 4.

²⁴ SILVA, Martha Esthela Santos; BARONE, Luis Antônio. Associativismo e Organização Produtiva em Assentamentos Rurais: Resistência Social e Políticas Públicas na Reforma Agrária. 2011. Disponível em: <<http://www2.fct.unesp.br/semanas/geografia/2011/geografiaruraleagraria/TCGRA08%20-r.%20Martha%20Esthela%20Santos%20Silva%20e%20Luis%20Antonio%20Barone.pdf>>. Acesso em: 27 abr. 2017.



Foram retirados do portal de periódicos da Capes os trabalhos de Matos e Menezes²⁵ e Khan e Silva²⁶ artigos da Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade e da Revista de Economia e Sociologia Rural respectivamente, e a dissertação de Gomes²⁷ disponível no portal de teses e dissertações da Capes para serem analisados, haja vista a importância científica dos principais temas abordados nesta pesquisa, como, por exemplo, o associativismo, a ascensão da Reforma Agrária de Mercado como opção aos conflitos por terra, o Programa Nacional de Crédito Fundiário e a linha de Combate à Pobreza Rural.

Matos e Menezes²⁸ fizeram um estudo sobre a modernização e diversificação da agricultura familiar através da experiência do projeto de assentamento Bom Conselho no município de Macaíba, no Rio Grande do Norte, em que analisaram se o Programa Nacional de Crédito Fundiário, a linha de Combate à Pobreza Rural e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar ajudam a fortalecer o desenvolvimento rural do assentamento. Para isso, realizaram um levantamento de campo e uma pesquisa documental através das informações coletadas por meio de entrevistas com dois associados e das observações diretas feitas nos plantios e criações da associação.

A partir disso, Matos e Menezes²⁹ puderam constatar que a implementação das três políticas públicas – PNCF, CPR e PRONAF – foram importantes no desenvolvimento rural nos aspectos de melhora na alimentação e aumento da renda dos associados e foi comprovado que os efeitos são mais significativos com a integração das três políticas do que se existisse apenas uma delas. Além disso, com o aumento da produtividade e diversificação de alimentos na associação possibilitou a comercialização da produção em feiras regionais e supermercados do município.

²⁵ MATOS, João; MENEZES, Sebastião Francisco de. MODERNIZAÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO COM MINIMIZAÇÃO DE RISCOS NA AGRICULTURA FAMILIAR: A EXPERIÊNCIA DO PROJETO DE ASSENTAMENTO BOM CONSELHO NO MUNICÍPIO DE MACAÍBA/RN. 2006. Disponível em: <<http://www.periodicos.capes.gov.br/>>. Acesso em: 27 abr. 2017.

²⁶ KHAN, Ahmad Saeed; SILVA, Lucia Maria Ramos. Eficácia e evolução dos indicadores socioeconômicos de famílias beneficiadas pelo programa de combate à pobreza rural /Projeto São José no Estado do Ceará. 2007. Disponível em: <<http://www.periodicos.capes.gov.br/>>. Acesso em: 27 abr. 2017.

²⁷ GOMES, Carla Morsch Porto. A Governança da Terra em Questão: Uma Análise da Política de Crédito Fundiário no Brasil. 2013. 249 f. Mestrado (Dissertação em Agroecossistemas) – Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/122636/322372.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 24 abr. 2017.

²⁸ MATOS, João; MENEZES, Sebastião Francisco de. MODERNIZAÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO COM MINIMIZAÇÃO DE RISCOS NA AGRICULTURA FAMILIAR: A EXPERIÊNCIA DO PROJETO DE ASSENTAMENTO BOM CONSELHO NO MUNICÍPIO DE MACAÍBA/RN. 2006. Disponível em: <<http://www.periodicos.capes.gov.br/>>. Acesso em: 27 abr. 2017.

²⁹ Idem.



Khan e Silva³⁰ analisaram a eficácia e a evolução dos indicadores socioeconômicos das famílias beneficiadas pela linha de Combate à Pobreza Rural no projeto de assentamento São José, localizado no Estado do Ceará. Para isso, foram feitas comparações intertemporais nos anos de 1998 e 2001 através das informações coletadas nas entrevistas com os chefes das famílias do projeto São José. Utilizaram para coleta de dados, ferramentas estatísticas tais como o teste “t” de Student, o teste F de Snedecor e teste de Mann-Whitney U.

Assim, Khan e Silva³¹ puderam verificar que com a implementação da Linha de Combate à Pobreza Rural no projeto de assentamento São José houve melhorias, nos dois anos analisados, em vários aspectos, tais como: saúde, educação, condições de moradia, nos hábitos alimentares, na aquisição de bens duráveis e na renda dos beneficiários que foi constatado uma superioridade na “renda capita” dos associados à “renda capita” da população do Ceará nos dois períodos.

Já a dissertação elaborada por Gomes³² foi a respeito da relação entre a política de crédito fundiário existente no Brasil e a governança da terra, a qual procurou responder se a política de crédito fundiário contribui para a melhoria dos processos de governança da terra e entender como essa política promove a construção de “redes de poder socioterritorial”, como os sindicatos e associações de trabalhadores rurais.

Dessa forma, Gomes³³ utilizou dados predominantemente qualitativos e apresentou uma pesquisa bibliográfica, uma pesquisa documental e um estudo de caso, realizado em três projetos da linha de Combate à Pobreza Rural no Estado do Piauí e em quatro propriedades da linha Consolidação de Agricultura Familiar em Santa Catarina, a fim de fazer a discussão dos resultados. Ao final da pesquisa foi constatado que o Programa Nacional de Crédito Fundiário pode ser um instrumento primordial, em alguns aspectos, tais como: ampliação das áreas insuficientes à reprodução familiar, aproveitamento de áreas inexploradas ou semi-exploradas e é bastante utilizado para a (re)territorialização da agricultura familiar.

³⁰ KHAN, Ahmad Saeed; SILVA, Lucia Maria Ramos. Eficácia e evolução dos indicadores socioeconômicos de famílias beneficiadas pelo programa de combate à pobreza rural /Projeto São José no Estado do Ceará. 2007. Disponível em: <<http://www.periodicos.capes.gov.br/>>. Acesso em: 27 abr. 2017.

³¹ Idem.

³² GOMES, Carla Morsch Porto. A Governança da Terra em Questão: Uma Análise da Política de Crédito Fundiário no Brasil. 2013. 249 f. Mestrado (Dissertação em Agroecossistemas) – Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/122636/322372.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 24 abr. 2017.

³³ GOMES, Carla Morsch Porto. A Governança da Terra em Questão: Uma Análise da Política de Crédito Fundiário no Brasil. 2013. 249 f. Mestrado (Dissertação em Agroecossistemas) – Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/122636/322372.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 24 abr. 2017.



2 METODOLOGIA

2.1 ESPAÇO DA PESQUISA

A pesquisa analisou as associações Soledade II e Pedra Branca, criadas pela linha de combate à pobreza rural através do Programa Nacional de Crédito Fundiário e localizadas na zona rural do município de Jucurutu-RN, que possui 17.692 habitantes, segundo dados do último censo agropecuário realizado em 2010 (IBGE, 2017), e está localizada no Território do Seridó que compreende um total de vinte quatro municípios no Rio Grande do Norte numa área total de 9.374.603 Km² sendo eles: Acari, Bodó, Cerro Corá, Carnaúba dos Dantas, Caicó, Cruzeta, Currais Novos, Equador, Florânia, Ipueira, Jardim de Piranhas, Jardim do Seridó, Jucurutu, Lagoa Nova, Ouro Branco, Parelhas, São Fernando, São Vicente, São João do Sabugi, São José do Seridó, Santana do Seridó, Serra Negra do Norte, Timbaúba dos Batistas e Tenente Laurentino Cruz (PTDRS, 2017).

Para obter os dados necessários a fim de realizar a pesquisa, foi feita uma pesquisa bibliográfica em páginas eletrônicas do Ministério de Desenvolvimento Agrário e da Secretaria de Reordenamento Agrário, como, também, foram coletadas informações sobre o tema abordado através da leitura de artigos, dissertações e teses. E, no intuito de desenvolver a análise dos resultados foi realizada uma pesquisa de campo nas associações Soledade II e Pedra Branca, localizadas na zona rural do município de Jucurutu/RN. Segundo Marconi e Lakatos³⁴ o interesse da pesquisa de campo está relacionado com “o estudo de indivíduos, grupos, comunidades, instituições e outros campos, visando à compreensão de vários aspectos da sociedade”.

Quanto à abordagem, este estudo se classifica como quali-quantitativo e apresentará dados sob a forma de números, mas também observará fatores como a qualidade de vida e a sobrevivência das famílias nas associações³⁵.

2.2 COLETA DE DADOS

³⁴ MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos da Metodologia Científica. 5 ed, São Paulo: Atlas. 2003, p. 189. Disponível em: <https://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy_of_historia-i/historia-ii/china-e-india>. Acesso em: 28 abr. 2017, p. 197.

³⁵ Idem.



Para analisar os dados da pesquisa foram utilizadas ferramentas econômicas que levam em consideração a relação entre produtividade, venda da produção e melhora na qualidade de vida a partir dessa relação.

Logo, foi feita uma análise de custo-benefício que tem como objetivo principal “identificar o desempenho econômico e social de projetos que podem possuir forte participação da comunidade no planejamento e gerenciamento do empreendimento” (INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA, 2007, p.93.).

Diante desse aspecto, foi utilizado o cálculo do Valor Presente Líquido, o Pay-Back e o Pay-Back Descontado que são ferramentas utilizadas para medir a relação entre a venda da produção, os custos identificados e o financiamento realizado. A pesquisa, portanto, visou identificar a partir desses métodos o custo-benefício das entidades.

3. ANÁLISE DE DADOS

3.1 ANÁLISE DA ASSOCIAÇÃO SOLEDADE II

Durante o mês de Junho de 2017 foi realizada uma visita na associação Soledade II no município de Jucurutu, tendo em vista a necessidade de conhecer a produção da associação e a aplicação de um questionário ao presidente José Suelio a fim de avaliar a produção da entidade.

Segundo José Suelio, a associação foi criada em 2003 e é constituída por 10 famílias, sua fonte de renda se dá por meio das vendas de queijo, manteiga e nata, as quais contribuem como única fonte de renda da associação. Para fins de venda, a associação apresenta custos na compra de leite, na compra de embalagens para venda dos produtos, em combustível para o veículo utilizado no deslocamento dos produtos para os estabelecimentos de compra no município e o pagamento de trabalhadores que ajudam na produção.

O valor do financiamento da terra foi da ordem de 100.000 reais e dividido em 12 prestações em que a última será paga no final de 2018, foi relatado também que é concedido um desconto de 40% nas respectivas prestações se estas fossem pagas em dia. Nas tabelas 1 e 2, serão apresentados os valores das receitas e custos identificados, respectivamente, pelo presidente da Associação Soledade II durante a aplicação do questionário:



Tabela 1: Venda da Produção Por Semana

Produtos Produzidos e Vendidos	Preço Unitário	Quantidade Vendida por semana	Total de Vendas
Queijo	R\$ 16,00	1.500 Kg	R\$ 24.000,00
Manteiga	R\$ 16,00	15 Unidades	R\$ 240,00
Nata	R\$ 10,00	50 Kg	R\$ 500,00
Total	-	-	R\$ 24.740,00

Fonte: Elabora pela autora segundo os dados obtidos no questionário.

Tabela 2: Custo da Produção Por Semana

Custos Identificados	Quantidade	Valor dos Custos por Semana
Compra de Leite	15.000 Litros	15.000*1,30 = 19.500
Pagamento de Trabalhadores	4 trabalhadores	R\$ 800,00
Diesel	-	R\$ 200,00
Total	-	R\$ 20.710,00

Fonte: Elabora pela autora segundo os dados obtidos no questionário.

Para cálculo das prestações do financiamento será utilizado a taxa de juros dos financiamentos da linha de combate à pobreza rural que compreende o valor de 0,5% a.a, sendo o financiamento no valor de R\$ 100.000,00 cujo pagamento foi realizado em 12 prestações anuais com um período de carência de 3 anos. Logo, tem-se:

$$M = 100.000 (1 + 0.005)^3 \rightarrow M = 100.000 (1,015075125) \rightarrow 101.507,51$$

$$P = \frac{101.507,51}{12} \rightarrow P = 8.458,94$$



Logo, o valor das prestações anuais corresponde a R\$ 8.458,94 e se for considerado que os pagamentos de todas as prestações tiverem sido realizados em dia, cujo pagamento oferece o desconto de 40%, o total seria de R\$ 5.075,36 o que corresponde a um pagamento no total de 60.904,50 (101.507,51 – 40%) o qual seria vantajoso para a associação.

3.1.1 CUSTOS E RECEITAS ANUAIS DA ASSOCIAÇÃO SOLEDADE II

A fim de verificar se a produção realizada na associação é suficiente para a sobrevivência econômica das famílias associadas é preciso analisar os valores das receitas, custos e as prestações do financiamento através dos cálculos do Valor Presente Líquido, Pay-Back e Pay-Back Descontado.

Para o cálculo dos índices de custo-benefício, a receita e os custos serão avaliadas ao ano, no entanto, não foram considerados para isso, possíveis variações de preços, por conseguinte, os cálculos dos índices serão realizados sem utilizar possíveis mudanças de valores das receitas e dos custos, os quais serão tratados como grandezas estimadas. Os cálculos das receitas e custos anuais são apresentados na Tabela 3:

Tabela 3: Cálculo das Receitas e Custos Anuais

Meses	Receitas	Custos
1	R\$ 24.740,00*4= R\$ 98.960,00	R\$ 20.710,00*4= R\$ 82.840,00
2º ao 12º	R\$ 1.088.560,00	R\$ 911.240,00
Total	R\$ 1.187.520,00	R\$ 994.080,00

Fonte: Tabela elaborada pela autora com conteúdo adaptado das tabelas 1 e 2.

Nota-se que anualmente a associação, depois da diminuição dos custos identificados, apuraria um lucro líquido de 193.440 (1.187.520 – 994.080). A partir dos dados obtidos na tabela acima poderá ser feito o cálculo dos índices.

3.1.2 VALOR PRESENTE LÍQUIDO



O Valor Presente Líquido é calculado através do fluxo de caixa formado pela diferença entre receitas e custos a uma taxa de juros menos o valor do investimento realizado³⁶. Portanto, será utilizado:

$$VPL = \frac{RECEITAS - CUSTOS}{(1 + I^1)} - PRESTAÇÃO$$

Logo, tem-se:

$$VPL = \frac{1.187.520,00 - 994.080,00}{(1 + 0,005^1)} - 8.458,94 \rightarrow VPL = \frac{193.440,00}{1,005} - 8.458,94$$

$$VPL = 192.477,61 - 8.458,94 \rightarrow VPL = 184.018,67$$

Assim, como o valor encontrado foi positivo, fica entendida que a associação consegue arcar com os custos mensais e pagar a parcela do financiamento anual apenas com a receita obtida da venda do queijo, manteiga e nata produzidos pela associação.

3.1.3 PAY-BACK E PAY-BACK DESCONTADO

O pay-back analisa os anos que correspondem o financiamento o qual procura evidenciar a partir de qual período esse investimento se tornará rentável através da diferença entre o lucro líquido e o investimento total. Já o pay-back descontado analisa os mesmos fatores considerados pelo pay-back, no entanto, o valor do investimento é utilizado sob a aplicação de juros.

³⁶ INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA. Ações de Combate à Pobreza Rural: metodologia para avaliação de impactos. 1º ed, Brasília: IICA, 2007. Disponível em: <<http://www.iicabr.iica.org.br/wp-content/uploads/2014/03/Serie-DRS-vol-6-Acoes-de-combate-a-pobreza-rural.pdf>>. Acesso em: 28 abr. 2017.



Para os cálculos serão utilizados também, valores estimados tendo em vista que não foram utilizadas variações que possivelmente ocorreram durante o período de pagamento das parcelas como assim descreve a tabela 4.

Tabela 4: Cálculo do Pay-Back e do Pay-Back Descontado

Anos de Pagamento	Receitas	Custos	Financiamento sem juros	Financiamento com juros
0			- 100.000	-101.507,51
4	R\$ 1.187.520,00	R\$ 994.080,00	93.440	91.932,49
5	R\$ 1.187.520,00	R\$ 994.080,00	286.880	285.372,49
6	R\$ 1.187.520,00	R\$ 994.080,00	480.320	478.812,49
7	R\$ 1.187.520,00	R\$ 994.080,00	673.760	672.252,49
8	R\$ 1.187.520,00	R\$ 994.080,00	867.200	865.692,49
9	R\$ 1.187.520,00	R\$ 994.080,00	1.060.640	1.059.132,49
10	R\$ 1.187.520,00	R\$ 994.080,00	1.254.080	1.252.572,49
11	R\$ 1.187.520,00	R\$ 994.080,00	1.447.520	1.446.012,49
12	R\$ 1.187.520,00	R\$ 994.080,00	1.640.960	1.639.452,49
13	R\$ 1.187.520,00	R\$ 994.080,00	1.834.400	1.832.892,49
14	R\$ 1.187.520,00	R\$ 994.080,00	2.027.840	2.026.332,49



15	R\$ 1.187.520,00	R\$ 994.080,00	2.221.280	2.219.772,49
----	---------------------	----------------	-----------	--------------

Fonte: Tabela elaborada pela autora.

Dessa forma, os cálculos de pay-back e pay-back descontado pode-se observar que já no 1º ano (ano 4) a associação já conseguiria pagar toda compra do imóvel e acumular uma excelente quantia para o término do financiamento.

4.1.4. CUSTO-BENEFÍCIO E OUTROS FATORES IMPORTANTES

Além do valor presente líquido, pay back e pay-back descontado pode-se calcular o custo-benefício que envolve as receitas divididas pelos custos da associação. Assim, tem-se:

$$CB = \frac{98.960,00}{82.840,00} \rightarrow CB = 1,19$$

Com o custo-benefício sendo favorável à associação, fica constatado o benefício que a venda da produção ajuda na sobrevivência de seus associados. Contudo, ainda é necessário dividir o lucro líquido por família para saber se o valor encontrado é igual ou superior ao salário mínimo, identificado pelo governo como remuneração mínima para suprir as necessidades básicas de uma família, logo:

$$LL \text{ por família} = \frac{16.120}{10} \rightarrow 1.612$$

Então, o valor mensal por família será de R\$ 1.612,00 o qual promove a sobrevivência das famílias sem outro auxílio financeiro, tendo em vista o salário mínimo atual de R\$ 937,00.

Vale destacar, também, como resposta às dificuldades enfrentadas pela associação, o presidente José Suelio destacou que no início do financiamento ocorriam visitas de técnicos da Secretaria de Estado de Assuntos Fundiários e Apoio à Reforma Agrária (SEARA), mas que no decorrer do pagamento das prestações do financiamento essas visitas se tornaram escassas e atualmente não existem mais. Além disso, ele



ênfatiou a dificuldade de realizar empréstimos, disponibilizados pela linha de combate à pobreza rural através do Subprojeto de Investimento Comunitário (SIC), para às associações, afirmou que foi feito a solicitação uma única vez e que foi exigido uma grande quantidade de documentos, que atrasou a conclusão do empréstimo e o auxílio do dinheiro.

3.2 ANÁLISE DA ASSOCIAÇÃO PEDRA BRANCA

Além da Associação Soledade II, foi realizado em junho de 2017 uma visita à associação Pedra Branca, que foi criada em 2013 e é constituída por 8 famílias cujo presidente é Josimar, a associação sobrevive da venda de leite.

Na mesma associação serão aplicados os cálculos do valor presente líquido, pay-back e pay-back descontado a fim de avaliar se a produção da associação é um meio de sobrevivência para as famílias que formam à associação. Ao analisar a associação Pedra Branca foi identificado como receita, a venda de leite, e como custos, a compra de ração e milho para alimentação dos bovinos, além disso, o pagamento de dois trabalhadores, como se pode observar nas tabelas 5 e 6.

Tabela 5: Venda da Produção Por Semana

Produto Vendido	Preço Unitário	Quantidade de Litros Vendidos por Semana	Total de Vendas
Leite	R\$ 1,20	450*7 = 3.150 Litros	1,20*3.150 = R\$ 3.780,00

Fonte: Elabora pela autora segundo os dados obtidos no questionário.

Tabela 6: Custo da Produção Por Semana

Custos Identificados	Quantidade	Valor dos Custos por Semana
Compra de Ração	20 Sacos	75,00*20 = 1.500,00
Compra de Milho	40 Sacos	31,00*40 = 1.240,00



Pagamento de Trabalhadores	2 trabalhadores	R\$ 250,00
Total		R\$ 2.990,00

Fonte: Elabora pela autora segundo os dados obtidos no questionário.

Logo, a associação Pedra Branca possui receitas e custos bem menores que a associação Soledade II, além de um financiamento no valor de 40.680, bem menor que o financiamento da associação anterior, o qual será pago em 17 prestações anuais em que a primeira será liquidada esse ano, pois já se passaram os três anos de carência do financiamento. Para calcular as prestações foi utilizada uma taxa de juros de 0,5%, comum nos financiamentos da linha de combate à pobreza rural, assim:

$$M = 40.680 (1 + 0.005)^3 \rightarrow M = 40.680 (1,015075125) \rightarrow 41.293,26$$

$$P = \frac{41.293,26}{17} \rightarrow P = 2.539,77$$

Se a associação realizar os pagamentos das prestações em dia, com o desconto de 40%, passará de 2.539,77 para 1.523,86 o valor das prestações, o qual seria vantajoso para a entidade, tendo em vista a diminuição de 15.387,64 (41.293,26 – 25.905,62) no valor total da dívida.

3.2.1 CÁLCULO DAS RECEITAS E CUSTOS ANUAIS DA ASSOCIAÇÃO PEDRA BRANCA

O cálculo das receitas e custos anuais, como foi feito na associação Soledade II, foi realizado por valores estimados, logo, não está contido nos resultados possíveis variações ocorridas nos preços utilizados na pesquisa. A tabela 7 demonstra o total da receita e dos custos anuais:

Tabela 7: Receitas e Custos Anuais da Associação Pedra Branca



Meses	Receitas	Custos
1	R\$ 3.780,00*4= R\$ 15.120,00	R\$ 2.990,00*4= R\$ 11.960,00
2º à 12º	R\$ 166.320,00	R\$ 131.560,00
Total	R\$ 181.440,00	R\$ 143.520,00

Fonte: Tabela elaborada pela autora de acordo com os dados obtidos no questionário

Pode-se constatar que o total das receitas supera os custos anuais, o que é satisfatório para a entidade, pois gera um lucro líquido de R\$ 37.920,00 (181.440 – 143.520). A partir desses dados pode-se calcular o valor presente líquido, o pay-back e o pay-back-descontado.

3.2.2 CÁLCULO DO VALOR PRESENTE LÍQUIDO, PAY-BACK E PAY-BACK DESCONTADO

Como já evidenciados nos cálculos da associação Soledade II, essas ferramentas também foram utilizadas para definir se a associação Pedra Branca consegue sobreviver a partir da venda de produção de leite, então tem-se:

$$VPL = \frac{RECEITAS - CUSTOS}{(1 + I^1)} - PRESTAÇÃO$$

$$VPL = \frac{181.440,00 - 143.520,00}{(1 + 0,005^1)} - 2.539,77 \rightarrow VPL = \frac{37.920,00}{1,005} - 2.539,77$$

$$VPL = 37.731,34 - 2.539,77 \rightarrow VPL = 35.191,57$$

Tabela 8: Cálculo do Pay-Back e do Pay-Back Descontado



Anos de Pagamento	Receitas	Custos	Financiamento sem juros	Financiamento com juros
0			- 40.680	- 41.293,26
4	R\$ 181.440,00	R\$ 143.520,00	- 2.760	-3.373,26
5	R\$ 181.440,00	R\$ 143.520,00	35.160	34.546,74
6	R\$ 181.440,00	R\$ 143.520,00	73.080	72.466,74
7	R\$ 181.440,00	R\$ 143.520,00	111.000	110.386,74
8	R\$ 181.440,00	R\$ 143.520,00	148.920	148.306,74
9	R\$ 181.440,00	R\$ 143.520,00	186.840	186.226,74
10	R\$ 181.440,00	R\$ 143.520,00	224.760	224.146,74
11	R\$ 181.440,00	R\$ 143.520,00	262.680	262.066,74
12	R\$ 181.440,00	R\$ 143.520,00	300.600	299.986,74
13	R\$ 181.440,00	R\$ 143.520,00	338.520	337.906,74
14	R\$ 181.440,00	R\$ 143.520,00	376.440	375.826,74
15	R\$ 181.440,00	R\$ 143.520,00	414.360	413.746,74
16	R\$ 181.440,00	R\$ 143.520,00	452.280	451.666,74
17	R\$ 181.440,00	R\$ 143.520,00	490.200	489.586,74
18	R\$ 181.440,00	R\$ 143.520,00	528.720	527.506,74
19	R\$ 181.440,00	R\$ 143.520,00	566.040	565.426,74
20	R\$ 181.440,00	R\$ 143.520,00	603.960	603.346,74

Fonte: Tabela elaborada pela autora.

Com o valor presente líquido, pay-back e pay-back descontado apresentando saldos positivos pode-se afirmar que o investimento é rentável e permite que a associação sobreviva a partir da produção, pois segundo o presidente Josimar é a única fonte de renda dos associados.

Evidencia-se também, a diferença de valores quando comparados com a associação Soledade II, esta conseguiria pagar a terra já no primeiro ano, já a



associação Pedra Branca no segundo ano além de apresentar fluxos de caixas bem menores comparados com a primeira. No entanto, vale salientar que os fatores - número de famílias e quantidades de pessoas - enquanto que a associação Soledade II é formada por 10 famílias, cujo total de componentes gira em torno de 30 pessoas, a associação Pedra Branca é composta por 8 famílias formadas por 20 pessoas.

Outro quesito levantado seria a diferença das atividades produzidas por elas, enquanto a primeira vende queijo, manteiga e nata a partir da compra do leite que mesmo apresentando uma variação ao longo do ano, essa não possui um valor tão expressivo. Já a segunda, vende o leite e compra a alimentação dos bovinos que em determinadas épocas apresentam uma variação de preço bem mais expressiva o que aumentará o valor dos custos da entidade e o preço do litro de leite, no entanto, não proporcional ao aumento das despesas, principalmente, pela falta de preparo das associações de fazer a alocação apropriada dos custos, o que ocasiona uma diminuição do lucro.

3.2.3 CUSTO-BENEFÍCIO E OUTROS PONTOS DESTACADOS DA ASSOCIAÇÃO PEDRA BRANCA

A partir do total da receita mensal e dos custos mensais pode-se verificar o custo- benefício da entidade ao mês, assim:

$$CB = \frac{15.120}{11.960} \rightarrow CB = 1,26$$

Pode-se verificar que o valor do custo benefício da associação Pedra Branca foi superior ao da associação Soledade II (1,19), no entanto, esta última possui um lucro líquido mensal superior à primeira, no valor de R\$ 16.120, já Pedra Branca apresenta R\$ 3.160,00. No entanto, tem-se a necessidade de dividir este lucro líquido mensal da associação Pedra Branco, pelas famílias associadas, a fim de verificar se esse promove a sobrevivência dessas, considerando o salário mínimo vigente, tem-se:

$$LL \text{ por família} = \frac{3.160}{8} \rightarrow 395,00$$



Logo, identifica-se a necessidade das famílias associadas possuírem outra fonte de renda já que o valor encontrado de R\$ 395,00 é bem inferior ao salário mínimo atual de R\$ 937,00.

O presidente Josimar também destacou como dificuldade principal a burocracia para realização de empréstimos concedidos pela linha, o mesmo afirmou que não realizou nenhum empréstimo, mas ao ter conhecimento das dificuldades enfrentadas, através de presidentes de outras associações, fez com que desistisse de realizar a operação.

Um ponto destacado por ele foi a atenção dedicada à entidade pelos técnicos da SEARA que realizam visitas algumas vezes por ano, o que segundo o presidente da associação Soledade II, José Suelio, ficarão escassas no decorrer dos anos e finalizam com o término do financiamento.

CONCLUSÕES

Este trabalho evidenciou a importância das associações agrárias formadas pela linha de combate à pobreza rural na sobrevivência das famílias do campo que não possuem terra e esperam apenas por uma oportunidade para possuí-las.

A reforma agrária de mercado veio como uma nova oportunidade na aquisição de terras para as famílias do campo, não tenham que se deslocar para a cidade na busca de melhores oportunidades. Os críticos do programa lançado no governo Cardoso destacavam que mesmo o programa oferecendo terras a uma taxa de juros menor que a do mercado, ele não oferecia meios de sobrevivência no campo.

A partir disso, foi lançado já no governo Lula o Programa Nacional do Crédito Fundiário e, dentro dele, a linha de Combate à Pobreza Rural que além de oferecer a compra da terra, diminuiu a taxa de juros e também oferecia empréstimos para que as associações familiares pudessem comprar sementes e equipamentos como auxílio da sua atividade no campo, haja vista a necessidade já mencionada de criar alternativas de sobrevivência nas associações. A linha de Combate à Pobreza Rural foi dada continuidade no Governo Dilma e oferta financiamentos até hoje.

Dessa forma, esta pesquisa teve como foco analisar o custo-benefício das associações Soledade II e Pedra Branca, localizadas na zona rural do município de Jucurutu, por meio dos cálculos do Valor Presente Líquido, Pay-Back e Pay-Back Descontado, a partir dos dados obtidos nos questionários realizados no mês de Junho nas sedes das associações com os presidentes de cada uma delas.



Assim, foi constatado através dos números obtidos que tanto a Associação Soledade II quanto a Associação Pedra Branca oferecem meios de sobrevivência positivos para seus associados, cuja venda da produção mesmo sendo retirados os custos identificados pelos presidentes e o valor do financiamento, a mesma identifica um lucro líquido adequado para a sobrevivência das 10 famílias de Soledade II e uma parte da renda das 8 famílias de Pedra Branca sobreviverem.

Vale salientar também, as dificuldades enfrentadas por essas associações devido à seca que assola a região e que prejudicam diretamente a produção das entidades. Outra dificuldade apontada por ambos é a burocracia que envolve os empréstimos que tentam contratar com o banco, devido à quantidade de documentação solicitada por este.

Evidencia-se a importância levantada dos técnicos da SEARA acompanharem a associação todos os anos de sua existência, principalmente, nos anos de pagamento das prestações do financiamento, pois como destacou o presidente José Suelio as visitas no decorrer do tempo de financiamento se tornam raras e com a finalização do pagamento das prestações já não existem.

Este trabalho destaca, também, o tamanho da importância da produção e venda dos produtos para a associação, como observado na visita, pois todos os associados são envolvidos e necessitam da venda da produção, devido esta ser sua única fonte de renda, tanto na Associação Soledade II quanto em Pedra Branca.

Por fim, vale destacar a relevância das associações familiares e agrárias para a economia regional, pois se foi observado, num supermercado, numa padaria, ou numa mercearia, vários produtos encontrados são produzidos nestas associações ou na zona rural, o que salienta a necessidade de valorização dessas entidades que não possuem um capital tão expressivo comparado com as grandes empresas, mas ofertam uma grande contribuição para o desenvolvimento da economia regional.

REFERÊNCIAS

FERNANDES, Vinícius Rodrigues Vieira. Trajetória dos Assentamentos Rurais Financiados Pelo Crédito Fundiário No Estado Do Rio Grande Do Norte: Uma análise da Experiência do Assentamento da Fazenda Paz no Município de Maxaranguape/RN. 2014. 128 f. Mestrado (Dissertação em Ciências Econômicas) – Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/14099/1/ViniciusRVF_DISSERT.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2017.



FILHO, Eraldo Da Silva Ramos. Questão Agrária Atual: Sergipe Como Referência Para Um Estudo Confrontativo Das Políticas De Reforma Agrária E Reforma Agrária De Mercado (2003 – 2006). 2008. 429 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita”. Presidente Prudente, 2008. Disponível em: <<http://www2.fct.unesp.br/nera/ltd/eraldo.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2017.

GOMES, Carla Morsch Porto. A Governança da Terra em Questão: Uma Análise da Política de Crédito Fundiário no Brasil. 2013. 249 f. Mestrado (Dissertação em Agroecossistemas) – Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/122636/322372.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 24 abr. 2017.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=240610>>. Acesso em: 26/04/2017 às 17:37.

INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA. Ações de Combate à Pobreza Rural: metodologia para avaliação de impactos. 1º ed, Brasília: IICA, 2007. Disponível em: <<http://www.iicabr.iica.org.br/wp-content/uploads/2014/03/Serie-DRS-vol-6-Acoes-de-combate-a-pobreza-rural.pdf>>. Acesso em: 28 abr. 2017.

KHAN, Ahmad Saeed; SILVA, Lucia Maria Ramos. Eficácia e evolução dos indicadores socioeconômicos de famílias beneficiadas pelo programa de combate à pobreza rural /Projeto São José no Estado do Ceará. 2007. Disponível em: <<http://www.periodicos.capes.gov.br/>>. Acesso em: 27 abr. 2017.

LIMA, Fernando de. Programa Cédula Da Terra: Uma Releitura Dos Principais Resultados. 2008. 138 f. Mestrado (Dissertação em Desenvolvimento Econômico – área de concentração: Economia do Meio Ambiente) – Instituto de Economia da UNICAMP. Campinas, 2008. Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/docdownload/monografias/fernando_de_lima.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2017.

MAGALHÃES, Marcelo Marques de. Eficiência De Produção Segundo Diferentes Mecanismos De Acesso À Terra Na Reforma Agrária Brasileira, 2011. 169 f. Tese (Doutorado em Agronomia, área de concentração em Energia na Agricultura) – Faculdade de Ciências Agrônômicas, Botucatu, 2011. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/101827/magalhaes_mm_dr_botfca.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 21 abr. 2017.

MAIA, Ana Heloísa. O Programa Nacional de Crédito Fundiário no Município de Nova Xavantina-MT: Acesso à Terra e Qualidade de Vida das Famílias?. 2016. 163 f. Tese (Doutorado em Agronomia) – Faculdade de Engenharia – UNESP – Campus de Ilha da Solteira, Ilha da Solteira, 2016. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/144539/maia_ah_dr_ilha.pdf?sequence=3>. Acesso em: 22 abr. 2017.



MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos da Metodologia Científica. 5 ed, São Paulo: Atlas. 2003, p. 189. Disponível em: <https://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy_of_historia-i/historia-ii/china-e-india>. Acesso em: 28 abr. 2017.

MATOS, João; MENEZES, Sebastião Francisco de. MODERNIZAÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO COM MINIMIZAÇÃO DE RISCOS NA AGRICULTURA FAMILIAR: A EXPERIÊNCIA DO PROJETO DE ASSENTAMENTO BOM CONSELHO NO MUNICÍPIO DE MACAÍBA/RN. 2006. Disponível em: <<http://www.periodicos.capes.gov.br/>>. Acesso em: 27 abr. 2017.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – SECRETARIA DE REORDENAMENTO AGRÁRIO. PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO FUNDIÁRIO, 2017. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_19/cartilha_pncf%20-%202%20edi%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2017.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – SECRETARIA DE REORDENAMENTO AGRÁRIO. PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO FUNDIÁRIO: UMA AVALIAÇÃO QUALITATIVA (2003-2010), 2011. Disponível em: <http://www.deser.org.br/pub_read.asp?id=152>. Acesso em: 22 abr. 2017.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. II PLANO NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA Paz, Produção e Qualidade de Vida no Meio Rural, 2004. Disponível em: <http://sistemas.mda.gov.br/arquivos/PNRA_2004.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2017..

OLIVEIRA, Alexandra Maria de. A Política de Contra-Reforma Agrária do Banco Mundial do Ceará. São Paulo, SP, 2006. Disponível em: <http://www.geografia.ffeich.usp.br/publicacoes/Geousp/Geousp19/Artigo_Alexandra.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2017.

PEREIRA, João Márcio Mendes. A disputa política no Brasil em torno da implementação do modelo de reforma agrária de mercado do Banco Mundial (1997-2005). Presidente Prudente, SP, 2005. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1463/1439>>. Acesso em: 21 abr. 2017.

PEREIRA, João Márcio Mendes. Avaliação do projeto Cédula da Terra (1997-2002). 2012. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/39487/42371>>. Acesso em: 21 abr. 2017.

PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DO SERIDÓ – PTDRS. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio076.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2017.

SANTOS, Reili Amon-Há Vieira dos. Concentração da Posse da Terra e o Programa Nacional de Crédito Fundiário – Uma Análise para o Estado do Rio Grande do Norte,



2006-2012. 2012. 142 f. Mestrado (Dissertação em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/14083/1/ReiliAVS_DISSERT.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2017.

SECRETARIA ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. PAINEL DE INDICADORES GERENCIAIS DA SUBSECRETARIA DE REORDENAMENTO AGRÁRIO, 2017. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_1755/Painel%20de%20indicadores%2003-2017.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2017.

SILVA, Martha Esthela Santos; BARONE, Luis Antônio. Associativismo e Organização Produtiva em Assentamentos Rurais: Resistência Social e Políticas Públicas na Reforma Agrária. 2011. Disponível em: <<http://www2.fct.unesp.br/semanas/geografia/2011/geografiaruraleagraria/TCGRA08%20-%20Martha%20Esthela%20Santos%20Silva%20e%20Luis%20Antonio%20Barone.pdf>>. Acesso em: 27 abr. 2017.

SILVA, Mirian Farias da. “Reforma Agrária de Mercado” ou Atualização do Clientelismo? O Programa Nacional de Crédito Fundiário e o assentamento de famílias sem terra no Cariri Ocidental paraibano. 2012. 124 f. Mestrado (Dissertação em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2012. Disponível em: <http://www.ufcg.edu.br/~ppgcs/wp-content/uploads/2012/09/Disserta%C3%A7%C3%A3o-PPGCS-_Mirian-Farias-da-Silva-Setembro-de-2012.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2017.

